



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



**P A R E C E R N.º 002/2024, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

Ao Projeto de Lei n.º 002/2024, de iniciativa da Mesa Diretiva - 2024

1. RELATÓRIO

A Mesa Diretiva desta Casa, em 11 de janeiro de 2024 apresentou o Projeto de Lei n.º 002/2024, que “assegura o direito à revisão geral anual do valor real dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Procurador Jurídico e Secretários do Município de Guaíra, Estado do Paraná, e dá outras providências”.

A matéria foi apresentada na sessão extraordinária do dia 12 de janeiro de 2024, e encaminhada à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para parecer.

Justificam seus autores, que

Considerando que a Constituição Federal determina que a Câmara Municipal deve fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Procurador Jurídico e Secretários Municipais, nos termos do inciso V do artigo 29;

Considerando que o Tribunal de Contas deste Estado já chancelou que a mencionada iniciativa é do Poder Legislativo, conforme aresto abaixo:

EMENTA: Consulta. Subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais. Revisão geral anual automática. Impossibilidade. **Necessidade de edição de lei específica de iniciativa do Poder Legislativo.** Adoção dos mesmos índices aplicados à revisão da remuneração dos servidores públicos municipais, admitida a utilização de percentuais diversos, nos termos do Acórdão n.º 5537/15-STP. (TCE/PR – Tribunal Pleno – Acórdão n.º. 2829/18 – Rel. Ivan Lelis Bonilha – Pub. 03/10/2018).

Considerando o contido no artigo 33, inciso X da Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

*X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou **alterados** por lei específica, observada a **iniciativa privativa** em cada caso, **assegurada revisão anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices;*

Teuzedo Santos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



Bem como o contido no artigo 37, X da Constituição Federal:

*X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados **ou alterados** por lei específica, observada a **iniciativa privativa** em cada caso, **assegurada revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices;*

Considerando, por fim, o Regimento Interno desta Poder Legislativo, prevê o seguinte:

Art. 36. Compete à Mesa, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste Regimento ou por resolução da Câmara:

[...]

XIII -propor à Câmara projetos dispondo:

a) **privativamente**, sobre:

[...]

7. o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários, dos Vereadores e suas formas de reajuste.

Visando adequar os subsídios dos Agentes Políticos e evitar que servidores do Poder Executivo com reposição inflacionária aprovada ultrapassem o teto remuneratório municipal, apresentamos o presente projeto, que tem por finalidade o cumprimento dos preceitos constitucionais, com ancoragem nos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e interesse público, considerando o percentual inflacionário de 3,71% (três virgula setenta e um por cento), segundo percentual apontado pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), sobre o valor real de dezembro de 2023, baseado nos princípios constitucionais norteadores da administração pública.

Assim, o apoio dos Senhores Vereadores para aprovação em Plenário é de vital importância, vez que a união de todos em busca das melhorias necessárias dará o tom de uma administração profícua e realizadora.

O Parecer Jurídico nº 02/2023, do advogado público desta casa, que segue em anexo, conclui, após discorrer os marcos legais para o trâmite, não encontra óbice ao trâmite da matéria, para o exercício amplo da atividade parlamentar legitimamente constituída. A saber constitucionalmente considerado, bem como no atendimento da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, tendo redação adequada.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



2. VOTO DO RELATOR

Considerando que o presente projeto de lei está adequado à Legislação vigente e tendo em vista a relevância da matéria em questão, voto pela admissibilidade de tramitação do projeto de lei nº 002/2024.

Sala de Reuniões, em 12 de janeiro de 2024.

GIVANILDO JOSÉ TIROLTI
Relator

3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL

Os demais membros desta Comissão acompanham o voto do relator, de forma que o Projeto de Lei nº 002/2024 de autoria da Medsa Diretiva desta Casa, possa ser discutido e votado em plenário.

Sala de Reuniões, em 12 de janeiro de 2024.

RAUFI EDSON FRANCO PEDROSO
Presidente

KARINA BACH
Secretária

*lido em sessão Extra
25/01/2024*

Teixeira da Silva